



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Educação do Campo e Movimentos Sociais: por uma proposta pedagógica para a escola do campo

Autor: Ricardo Rodrigues Nascimento¹

Orientadora: Gisânia Carla de Lima²

EEEF Professor Rangel – Ingá/PB/ ricardo.ingapb@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba/ gisanial@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho volta-se à reflexão da contribuição dos movimentos sociais para uma proposta pedagógica da educação do campo e a realidade da escola do campo. A delimitação do campo empírico possibilitou observar como esta proposta pedagógica vem se desenvolvendo na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Honório Alves de onde observamos as práticas pedagógicas. Além disso, realizamos um breve histórico da educação rural à educação do campo e a ação dos movimentos sociais do campo. Como principais referenciais teóricos contou-se com as contribuições de autores como: Roseli Salet Caldart, Maria da Glória Gohn, Angela Monteiro Pires e Celi Zulke Taffarel. Como resultados desse estudo e da observação sistemática na referida escola, destacam-se o interesse de articular os conteúdos com a realidade dos alunos; por outro lado, constata-se que a ausência de uma formação específica sobre a educação do campo, impede que a escola se desenvolva como tal, e que com a referida formação possibilita-se aos professores e gestores da escola a capacidade de coordenar a construção de um currículo que contemple diferentes dimensões formativas e que articule o trabalho pedagógico na dimensão do conhecimento com práticas de trabalho, cultura e luta social.

Palavras-chave: Educação do Campo; Movimentos Sociais; Prática Pedagógica.

¹ Licenciado em História e Especialista em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual da Paraíba.

² Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

A educação se torna realidade pelo exercício da prática pedagógica sendo esta entendida como uma dimensão da prática social, por ser formada pela atuação dos profissionais da educação através de ações desenvolvidas no mundo da escola e da política local de educação (SOUZA, 2008). Compartilhando deste mesmo entendimento temos Libâneo (1994), que denomina prática pedagógica de prática educativa e afirma que esta

[...] é parte integrante da dinâmica das relações sociais, das formas da organização social. Suas finalidades e processos são determinados por interesses antagônicos das classes sociais. No trabalho docente, sendo manifestação da prática educativa, estão presentes interesses de toda ordem - sociais, políticos, econômicos, culturais - que precisam ser compreendidos pelos professores. Por outro lado, é preciso compreender, também, que as relações sociais existentes na nossa sociedade não são estáticas, imutáveis, estabelecidas para sempre. Elas são dinâmicas, uma vez que se constituem pela ação humana na vida social. Isso significa que as relações sociais podem ser transformadas pelos próprios indivíduos que a integram (LIBÂNEO, 1994, p. 21).

Desta forma a Educação do Campo pensada hoje como modalidade de ensino é resultado do sentido dado pela prática pedagógica através da dinâmica das relações sociais, relações estas geradas pela luta dos trabalhadores do campo para garantir seus direitos, principalmente na construção de um projeto de educação, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagógica) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou se trata de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico.

A modalidade Educação do Campo procura atender aos anseios da população do campo a fim de garantir uma educação formativa e conscientizadora, de modo que as pessoas que trabalham nesse espaço, se encontrem, organizem-se e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

É importante destacar que para implantar a Educação do Campo no campo trava-se uma luta abraçada pelos movimentos sociais, dentre os quais destacamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Considerando as dimensões continentais do nosso país, que mantém parte de sua base de produção voltada à política econômica no campo, é comum vermos as escolas que funcionam nesses espaços serem organizadas e orientadas pedagogicamente por uma estrutura curricular que atende à realidade urbana, como bem afirma Caldart (2004),

[...] A Educação do Campo precisa estar inserida no debate geral sobre a educação nacional, vinculado por sua vez ao debate mais amplo sobre um projeto de desenvolvimento de país. E no debate atual sobre a construção de um sistema nacional de educação, é preciso não deixar de discutir qual é o lugar da Educação do Campo dentro dele, e no próprio processo de sua construção: como pensar em uma Política de Educação do Campo desvinculada de uma Política Nacional de Educação? E como pensar em uma Política Nacional de Educação sem incluir a Educação do Campo? (CALDART, 2004, p. 17-18).

Atento a essas questões em torno da Educação do Campo e observando a realidade do campo no município de Ingá-PB, o presente trabalho monográfico se propõe a realizar uma análise da prática pedagógica desenvolvida na E.M.E.I.F. Honório Alves e suas especificidades próprias tomando por base os pressupostos da Educação do Campo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente monografia foi desenvolvida através de pesquisa qualitativa com a coleta de dados para identificar aspectos da realidade estudada que contribuiu para a compreensão acerca da organização da prática pedagógica da Educação do Campo na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Honório Alves, localizada no sítio Raspadinha, zona rural do município de Ingá-PB, tendo por abordagem metodológica a pesquisa de campo de cunho interpretativista.

Na escola observou-se a seguinte estrutura: três salas de aulas, dois banheiros, uma cozinha e uma diretoria. Quanto ao quadro discente é composto por 65 alunos, sendo 48 alunos do Ensino Infantil e Fundamental nos turnos manhã e tarde e 17 alunos na Educação de Jovens e Adultos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

(EJA) 1º segmento no turno da noite. O corpo docente é formado por cinco professoras, sendo que uma das professoras está de licença médica, cabendo a uma das professoras acumular a carga horária. Fazem parte ainda do quadro de funcionários a diretora, duas auxiliares, duas merendeiras e um vigilante.

Das cinco professoras que compõem o quadro docente da escola foi realizada entrevista com três, já que uma estava de licença médica e a professora da EJA que trabalha à noite não foi possível localizar. Desta forma entrevistamos a professora da Educação Infantil, a professora do 3º e 4º ano (sala multisseriada) e a professora do 5º ano. As professoras da Educação Infantil e do 5º ano são professoras em regime de contrato temporário.

Para o desenvolvimento do trabalho realizamos ainda em um primeiro momento um levantamento bibliográfico acerca da Educação do Campo, para na sequência realizar o trabalho de campo na escola em questão, analisando o desenvolvimento de sua prática pedagógica e se esta tinha relação com os pressupostos da Educação do Campo.

A coleta dos dados consistiu em análise documental sobre a escola, da qual se identificou a inexistência do Projeto Político-Pedagógico que pudesse assegurar esses pressupostos da Educação do Campo, e a aplicação de entrevistas com roteiro semiestruturado (ver cópia em anexo) com professores e representantes da comunidade escolar.

No decurso do presente trabalho monográfico trabalhamos os conceitos Educação do Campo e Práticas Pedagógicas com vista à compreensão da realidade estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história de consolidação da Educação do Campo passa pela referência na *educação rural*, que como política de Estado, voltou-se para atender as demandas educacionais das populações do campo. Uma característica da *educação rural* era o fato de não serem consideradas as necessidades do homem do campo uma vez que as grades curriculares reforçavam a dependência do rural em relação ao urbano, favorecendo a imposição de medidas políticas.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Na década de 1960, segundo Pires (2012), começam a surgir atores importantes para construção da Educação do Campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os sindicatos, as Federações de Trabalhadores e a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o trabalho das Ligas Camponesas e a ação pastoral de bispos da Igreja Católica, os Centros Populares de Cultura (CPC) e mais tarde, o Movimento de Educação de Base (MEB) e os Círculos de Cultura Popular de Paulo Freire. Não só a atuação destes atores como também o grande investimento na “educação sindical”, com o objetivo de orientar os dirigentes e lideranças rurais para o trabalho organizativo nos sindicatos e para as reivindicações em torno dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, constituíram as sementes da Educação do Campo.

A realidade política brasileira nos mostra que a organização dos movimentos sociais para a intervenção na esfera pública representou um problema para o Estado, por conta das relações de disputa de interesses que produzem conflitos e impasses. A reação dos movimentos e organizações sociais populares a este desinteresse marcou o desenrolar do processo de resistência popular, com manifestações e lutas contra o autoritarismo do Estado brasileiro, fazendo ressurgir o conceito de sociedade civil na década de 1980.

Nesse sentido, a formação da sociedade civil é resultado do importante fortalecimento dos movimentos, organizações, entidades e grupos populares em todo o país. Estes reafirmaram sua condição de sujeitos sociais históricos, se autoconstituíram, influenciando nas estruturas de socialização e associativismo, nas formas de organização popular e na criação de novos espaços públicos, bem como na iniciativa recente de democratização da esfera pública.

Maria da Glória Gohn (2005) definindo os sentidos e significados da ação dos movimentos sociais, lembra que estes podem ser diferenciados, dependendo do lugar onde se vive, ou seja, depende do lugar ocupado pelo governo e pela sociedade civil. Vejamos a citação que ilustra essa sentença:

Sentido é direção, é diretriz, é orientação, é norte, é rumo, é destino que conduz a desdobramentos. Mas, antes que produza desdobramentos, ele passa por um processo subjetivo à medida que os atores sociais desvelam o significado das coisas e fenômenos com que se defrontam. Significado é o conceito de algo, como ele se define e é para os sujeitos que participam das ações coletivas, por exemplo. Os significados são aprendidos e aprendidos, são socializados; são identificados, confirmados e testemunhados por aqueles que se defrontam com o outro (GOHN, 2005b, p.31).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A Constituição de 1988 reestabeleceu a democracia no Brasil após o período da Ditadura Militar, e assegurou ao Estado maior responsabilidade com o setor educacional, através da incorporação de propostas que expressavam as reivindicações dos movimentos organizados da sociedade civil. Com ela, ainda a *educação rural*, foi considerada como direito, mas um direito ainda inspirado no paradigma urbano. Por isso, ela torna-se instrumento balizador para que as Constituições Estaduais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (lei n. 9394/96) enfocasse a *educação rural* no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças, possibilitando discutir como seria a oferta desta educação para os povos do campo, buscando adequar a Educação Básica às especialidades locais.

A Educação do Campo emerge das lutas dos povos do campo aonde os movimentos sociais vêm se constituindo como agentes principais em luta pela terra nas ultimas décadas do século XX, quando se depararam com a ausência da escola no campo. Dessa forma, a luta dos movimentos ampliou criando alternativas educativas através dos Centros Familiares de Formação em Alternância; da pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e, das práticas educativas das Comunidades Eclesiais de Base, favorecendo o movimento por uma Educação do Campo.

Experiências vêm se destacando com este movimento nos últimos anos, como é o caso o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – PRONERA, que representa uma parceria das instituições de ensino superior em vários Estados do país com o Governo Federal e movimentos sociais para a promoção de uma educação voltada para a realidade e valorização da dimensão educativa no campo.

Este movimento destaca a importância da educação como parte de um projeto de emancipação social e política que fortaleça a cultura e os valores das comunidades campesinas, vinculada ao seu projeto de desenvolvimento autosustentável. Para tanto, preconiza que essa educação seja fundamentada em princípios que valorizem os povos que vivem no campo, respeitando sua diversidade.

Com o documento da Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, mais precisamente o Capítulo IV em que trata das Bases para a elaboração de uma proposta de Educação



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Básica do Campo, pode-se visualizar algumas mudanças em relação à realidade da população do campo. No que se refere à Educação do Campo, percebe-se um avanço em relação às políticas educacionais, uma vez que a Educação do Campo se tornou uma modalidade com pressupostos pedagógicos próprios, numa tentativa de aproximar mais a escola da realidade de sua comunidade.

Dessa forma, garante-se a escola no campo de forma que possa contemplar, em seu currículo, aspectos que abranjam a relação com o trabalho na terra, valorizem a cultura dos grupos sociais que vivem no campo e também invista no professor para que este tenha uma sólida formação e vivência da realidade do campo. Porém sabemos que devido à dicotomia urbano e rural, em muitas realidades de municípios do nosso país é preciso adotar políticas próprias para cada meio, mas sem isolar ou excluir e sim integrando estas realidades e mantendo suas particularidades.

Segundo Cardart (2004), a proposta pedagógica da Educação do Campo é um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. Isto que dizer que se trata de pensar a educação desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social. Este tipo de educação trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele.

Como afirma Marlene Ribeiro,

O conceito de Educação do Campo vem sendo construído nos movimentos sociais organizados na Via Campesina - Brasil. Campo, para esses movimentos, tem uma conotação política de continuidade e identidade com a história das lutas camponesas internacionais e está explicitado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, segundo as quais: A Educação do Campo tratado como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (RIBEIRO apud ARROYO; CALDART; MOLINA, 2008, p. 29).

A identificação da prática pedagógica se dá pelo caráter de envolvimento da comunidade neste processo educativo, uma vez que a proposta acaba entrando em contradição com a organização do currículo escolar já estabelecido como elementos pré-estruturados, sedimentado por uma tradição técnico-instrumental que, ao ser naturalizada como dominante, exclui a dimensão



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

social e concreta do conhecimento, para apenas ser acumulado e categorizado, como conhecimento dado.

É no âmbito escolar que a proposta pedagógica da Educação do Campo, construída por muitas mãos, ganha vida, através de um comprometimento político e pedagógico de toda comunidade escolar. Porém, percebe-se que diante de importantes avanços, ainda é um desafio para a escola do campo implantar essa proposta, como pudemos observar na realidade da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Honório Alves, zona rural do município de Ingá-PB.

Esta escola atende a população de duas comunidades rurais, Raspadinha e Cachoeirinha, representando para estas comunidades um “ponto de apoio” no sentido de que a escola proporciona a oportunidade de adquirir conhecimentos, de conquistar um “futuro melhor”. A mentalidade da comunidade ainda está voltada para uma concepção de educação em que se deve estudar para sair da vida no campo e ir à busca de trabalho na cidade.

Um dado que deve ser considerado para reflexão é a ausência da organização social ou mesmo de representação dos movimentos sociais, pois esta comunidade rural não possui sequer uma associação, entendendo que dentro do contexto da Educação do Campo, a participação de uma entidade associativa (sindicatos, cooperativas) ou dos movimentos sociais é imprescindível para uma melhor organização da comunidade, pois se acredita que através delas ganha-se força e representatividade na luta por seus direitos e na implantação de uma escola que atenda as suas reais necessidades.

A escola também não possui Projeto Político Pedagógico que caracterize sua proposta educativa dificultando um melhor conhecimento da prática pedagógica exercida na escola. Com isto contraria-se a função desse instrumento para nortear a atividade, a vida escolar, uma vez que pensar um Projeto Político para a escola é identificar suas carências e criar propostas para saná-las, é fazer com que a comunidade escolar seja mais participativa no enfrentamento dos seus desafios, assumindo de fato o que se propõe a Educação do Campo em seus pressupostos.

A formação também é um elemento importante para o desenvolvimento dessa prática pedagógica. A ausência de uma formação específica sobre Educação do Campo impede que a escola se desenvolva, impossibilitando a coordenação e construção de um currículo que contemple



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

diferentes dimensões formativas e que articule o trabalho pedagógico na dimensão do conhecimento com práticas de trabalho, cultura e luta social, como afirma Pires,

É preciso pensar um ambiente educativo que trabalhe múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação humana. Uma escola do campo precisa de um currículo que trabalhe o território, a terra e a cultura. São espaços e símbolos de identidade e de cultura. (PIRES, 2012, p. 121)

Como o processo educativo pode se caracterizar como dialético, nessa mesma realidade vislumbrou-se experiências significativa, particularizadas, que visa desenvolver princípios da Educação do Campo que buscam trazer a realidade vivenciada pelos alunos em seu dia a dia para a sala de aula, o que se torna muito importante, pois o aluno apreende que o conhecimento escolar não está desassociado do seu cotidiano. É o caso do desenvolvimento de atividades escolares através de projetos que envolvam o cotidiano dos alunos.

A Educação do Campo procura superar a educação para o meio rural, através da luta por políticas públicas específicas para os sujeitos que vivem e trabalham no campo, conforme já ressaltado no capítulo anterior e instituído através de leis e diretrizes curriculares como afirma Taffarel e Junior (2011),

A Educação do Campo, assim como a Educação Indígena, conta hoje com respaldo legal para exigir um tratamento diferenciado e específico, como constatamos no artigo 28 da Lei nº 9.394/96(LDB), em que fica estabelecido o direito aos povos do campo a um sistema de ensino adequado à sua diversidade sociocultural. E, no detalhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002), que determina a oferta da educação infantil e fundamental nas comunidades rurais e trata de alterações na organização do trabalho pedagógico, do currículo, no tempo escola e na gestão compartilhada, ganhando a escola do campo um caráter flexível e dinâmico. (TAFFAREL e JUNIOR, 2011, p. 200-201)

Não basta apenas instituir políticas públicas para formalizar a Educação do Campo através de leis, mas é preciso proporcionar a escola das comunidades rurais formação e fiscalização, de modo que possibilite, neste sentido, à viabilização nas escolas do campo da construção de uma proposta pedagógica diferenciada. Para tanto, a sua elaboração deve ser democrática, envolvendo



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

todos os que fazem parte da comunidade escolar: estudantes gestores, coordenadores, professores, profissionais de apoio e a comunidade.

Uma escola que adota uma postura contrária à democratização da instituição escolar está contrariando o que se espera da educação para o século XXI. O tema da democracia revigora o cotidiano escolar possibilitando que mudanças importantes sejam promovidas na escola e, conseqüentemente, na sociedade. Diante do observado, a promoção da Educação do Campo na escola deve caminhar para uma educação cidadã e para o fortalecimento da democracia nessa instituição.

A Educação do Campo ainda tem muito por conquistar, pois embora hoje seja uma política pública, mas ainda em algumas regiões está distante de ser encarada com métodos da pedagogia libertadora, pois em muitos casos os professores não são da comunidade onde está inserida a escola, o que dificulta o envolvimento do educador com a comunidade, que em muitas vezes vem de uma realidade urbana, bem como em muitos municípios os órgãos de educação acabam nivelando toda rede municipal tratando as escolas do campo da mesma forma com que concebem as escolas urbanas.

É possível afirmar que a Educação do Campo, segundo os teóricos e os documentos nacionais e estaduais, vem se consolidando como um novo paradigma que orientará o currículo e a prática pedagógica nas escolas. Constatamos que há um esforço da prática pedagógica nessa escola em contribuir com a realidade dos alunos e promover a articulação entre os conteúdos e os aspectos da realidade por eles vivida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se investigar a prática pedagógica na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Honório Alves e sua relação com os pressupostos da Educação do Campo. No decurso da pesquisa constatou-se que essa prática não é suficiente para caracterizar a escola como do campo, onde as lutas e conquistas dos movimentos sociais buscaram construir uma escola que estabeleça princípios de dignidade e cidadania para as populações do campo. A prática se volta para a reprodução do conhecimento codificado dos livros didáticos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

É possível afirmar que a Educação do Campo, segundo os teóricos e os documentos nacionais e estaduais, vem se consolidando como um novo paradigma que orientará o currículo e a prática pedagógica nas escolas, em que se pode constatar o esforço para contribuir com a realidade dos alunos e promover a articulação entre os conteúdos e os aspectos da realidade por eles vivida.

Portanto, ao término deste trabalho monográfico percebe-se que as questões aqui elencadas não são conclusivas, mas abrem margem para outros estudos de aprofundamento em relação às escolas do campo. Constata-se que existem diversas realidades coexistindo em nosso país quando se referem à Educação do Campo, uma vez que se pode constatar experiências exitosas de escolas do campo, pautadas principalmente nas lutas dos movimentos sociais.

Assim, as constatações formuladas apontam para futuras pesquisas que nos levem a responder como transformar a realidade de escolas como esta em espaços que compartilhem os pressupostos elencados e aqui apresentados da Educação do Campo.

Referências:

- CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo** In.: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. (organizadoras) Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.
- _____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ªEd.São Paulo: Expressão Popular. 2004,
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GOHN, Maria da Glória.**Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PIRES, Angela Monteiro. **A Educação do Campo e no Campo: uma conquista dos povos do campo**. In.: PIRES, Angela Monteiro. Educação do Campo como Direito Humano. São Paulo: Cortez, 2012.
- RIBEIRO, Marlene. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa**. Educação e Pesquisa, Universidade de São Paulo, Brasil,2008.
- TAFFAREL, Celi Zulke e SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira. **Diretrizes curriculares para a Educação do Campo: uma contribuição ao debate**. In.: VENDRAMINI, Celia Regina, e MACHADO, Ilma Ferreira. Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular. 2001.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO